

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	10
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	57
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
Total	86.371
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	31/03/2015	Dividendo	14/04/2015	Ordinária		4,00186
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	31/03/2015	Juros sobre Capital Próprio	14/04/2015	Ordinária		0,86581

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	39.409.982	38.204.992
1.01	Ativo Circulante	23.104.000	22.630.574
1.01.01	Disponibilidades	220.701	197.642
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.806.555	8.244.319
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	8.716.538	8.167.819
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	90.017	76.500
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	5.859.155	6.053.427
1.01.03.01	Carteira Própria	3.666.935	3.859.220
1.01.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	423.299	281.551
1.01.03.03	Vinculados a Prestação de Garantias	204.170	211.829
1.01.03.04	Vinculados a Compromisso de Recompra	1.564.751	1.700.827
1.01.04	Relações Interfinanceiras	404.152	345.873
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	55.571	1.297
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	316.393	313.791
1.01.04.03	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	28.393	28.387
1.01.04.04	Repasses Interfinanceiros	1.535	1.281
1.01.04.05	Correspondentes	2.260	1.117
1.01.06	Operações de Crédito	5.161.835	5.263.251
1.01.06.01	Setor Público	185.117	180.390
1.01.06.02	Setor Privado	5.631.810	5.433.734
1.01.06.03	Provisões para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-655.092	-350.873
1.01.08	Outros Créditos	2.618.690	2.498.388
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	7	0
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	903.747	672.788
1.01.08.03	Rendas a Receber	15.285	11.986
1.01.08.04	Negociações e Intermediações de Valores	4	4
1.01.08.05	Diversos	1.809.525	1.838.798
1.01.08.06	Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-109.878	-25.188
1.01.09	Outros Valores e Bens	32.912	27.674
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	11.151	10.550
1.01.09.02	Provisões para Desvalorizações	-691	-694
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	22.452	17.818
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.076.485	15.344.660
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	8.611.626	8.253.491
1.02.02.01	Carteira Própria	7.986.570	7.833.371
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	116.009	56.751
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	367.423	225.736
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	141.624	137.633
1.02.03	Relações Interfinanceiras	57.230	56.648
1.02.03.01	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	17	16
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	55.678	54.710
1.02.03.03	Repasses Interfinanceiros	1.535	1.922
1.02.05	Operações de Crédito	6.889.757	6.473.046
1.02.05.01	Setor Público	1.302.172	1.182.396

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1.02.05.02	Setor Privado	5.906.468	5.805.292
1.02.05.03	Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-318.883	-514.642
1.02.07	Outros Créditos	517.872	561.475
1.02.07.02	Rendas a Receber	18.049	18.048
1.02.07.03	Diversos	546.300	589.885
1.02.07.04	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-46.477	-46.458
1.03	Ativo Permanente	229.497	229.758
1.03.01	Investimentos	1.879	1.879
1.03.01.04	Outros Investimentos	7.182	7.182
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	211.110	211.314
1.03.02.01	Imóveis de Uso	160.079	157.972
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	107.628	107.628
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	252.049	252.848
1.03.02.04	Depreciação Acumulada	-308.646	-307.134
1.03.04	Intangível	16.406	16.406
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	16.406	16.406
1.03.05	Diferido	102	159
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	831	1.199
1.03.05.02	Amortização Acumulada	-729	-1.040

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	39.409.982	38.204.992
2.01	Passivo Circulante	16.134.715	16.431.052
2.01.01	Depósitos	5.798.694	6.244.818
2.01.01.01	Depósitos à Vista	212.452	175.199
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.816.168	1.956.179
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	1.220.222	1.212.009
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.549.852	2.901.431
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.564.299	1.699.988
2.01.02.01	Carteira Própria	1.564.299	1.699.988
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.114.695	891.420
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	135.626	83.372
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	979.069	808.048
2.01.04	Relações Interfinanceiras	42.840	939
2.01.04.01	Recebimento e Pagamentos a Liquidar	42.840	939
2.01.05	Relações Interdependências	3.312	9.243
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	3.204	9.235
2.01.05.02	Transferência Interna de Recursos	108	8
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	1.424.473	1.066.651
2.01.06.02	Empréstimo no Exterior	1.424.473	1.066.651
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	149.464	144.935
2.01.07.01	Tesouro Nacional	664	659
2.01.07.02	BNDES	120.440	115.918
2.01.07.03	FINAME	28.360	28.358
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	140.561	114.573
2.01.09	Outras Obrigações	5.896.377	6.258.485
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	56.135	2.677
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	11.564	2.208
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	514.826	160.668
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	337.155	438.165
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	101	91
2.01.09.07	Fundo Financeiros e de Desenvolvimento	3.180.703	3.994.320
2.01.09.08	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	85.998	83.648
2.01.09.09	Diversas	1.709.895	1.576.708
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	20.237.857	18.406.131
2.02.01	Depósitos	5.586.166	5.680.609
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	209.135	213.706
2.02.01.03	Depósito a Prazo	5.377.031	5.466.903
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	115.448	56.359
2.02.02.01	Carteira Própria	115.448	56.359
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	957.885	794.542
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	0	40
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	957.885	794.502
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.524.770	1.486.152
2.02.07.01	Tesouro Nacional	2	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.02.07.02	BNDES	1.392.370	1.348.109
2.02.07.03	FINAME	132.398	138.043
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	863.288	732.642
2.02.09	Outras Obrigações	11.190.300	9.655.827
2.02.09.02	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	6.074.120	4.658.540
2.02.09.03	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.342.001	1.272.892
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.646.530	1.605.289
2.02.09.05	Diversas	2.127.649	2.119.106
2.05	Patrimônio Líquido	3.037.410	3.367.809
2.05.01	Capital Social Realizado	2.844.000	2.844.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	18.813	19.394
2.05.04	Reservas de Lucro	369.331	687.911
2.05.04.01	Legal	185.439	185.439
2.05.04.02	Estatutária	178.361	462.009
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	5.531	40.463
2.05.04.07.01	Ações em Tesouraria	5.531	40.463
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-232.896	-183.496
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	38.162	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.758.306	949.206
3.01.01	Operações de Crédito	648.858	479.035
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	662.411	504.669
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	283.435	-58.722
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	158.189	17.067
3.01.05	Resultado de Aplicações Compulsórias	5.413	5.950
3.01.06	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0	1.207
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.600.927	-601.246
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-646.009	-274.258
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-685.377	-211.685
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-269.541	-115.303
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	157.379	347.960
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-122.711	-116.868
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	533.185	450.387
3.04.02	Despesas de Pessoal	-355.545	-427.614
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-214.273	-205.871
3.04.04	Despesas Tributárias	-60.851	-61.685
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	349.123	427.622
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-374.350	-299.707
3.05	Resultado Operacional	34.668	231.092
3.06	Resultado Não Operacional	1.723	111
3.06.01	Receitas	1.874	545
3.06.02	Despesas	-151	-434
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	36.391	231.203
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-87.643	-96.302
3.09	IR Diferido	138.141	18.953
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-30.117	-7.326
3.10.01	Participações	-30.117	-7.326
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	56.772	146.528
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,6573	1,68438

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	56.772	146.528
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-48.819	-82.448
4.02.01	Ajuste de Avaliação de Títulos Disponíveis para Venda	-81.752	-53.835
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	32.701	21.534
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	968	956
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-387	-382
4.02.05	Ganhos ou Perdas Atuariais	-349	-50.721
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.953	64.080

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2015 à 31/03/2015	Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	510.894	938.654
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	609.793	443.114
6.01.01.01	Lucro Líquido de Período	56.772	146.528
6.01.01.02	Despesa de Depreciação e Amortização	9.278	9.516
6.01.01.03	Prov. para Desv. de Outros Valores e Bens	-3	1
6.01.01.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	184.553	115.235
6.01.01.05	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	84.988	68
6.01.01.06	Provisão para Passivo de Risco FNE	236.333	127.454
6.01.01.07	Provisão para Passivo de Risco FDNE	15	7
6.01.01.08	Provisão para Passivos Contingentes	18.343	21.415
6.01.01.09	Provisão (Benefício Pós Emprego)	35.313	31.062
6.01.01.10	Reversão de Provisões Operacionais	-15.799	-8.172
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-98.899	495.540
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-13.517	-79.122
6.01.02.02	Relações Interfinanceiras e Interdependências	-22.891	-16.096
6.01.02.03	Operações de Crédito	-499.848	-267.126
6.01.02.04	Outros Créditos	-135.597	48.564
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	-4.615	-1.631
6.01.02.06	Depósitos	-540.567	-415.291
6.01.02.07	Captação no Mercado Aberto	-76.600	-24.868
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	386.618	-33.657
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	557.603	-61.229
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	-283.435	58.397
6.01.02.11	Outras Obrigações	574.752	1.338.883
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-40.802	-51.284
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	60.884	-303.269
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	70.521	-295.290
6.02.02	Inversões em Investimentos	0	-15
6.02.03	Inversões em Imobilizado de Uso	-9.646	-5.678
6.02.04	Inversões Intangível	0	-2.495
6.02.05	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-630	-153
6.02.06	Alienação em Imobilizado de Uso	629	327
6.02.07	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	10	35
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-19.142
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	0	-8
6.03.02	Ações em Tesouraria	0	-19.134
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	571.778	616.243
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.365.461	7.709.183
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.937.239	8.325.426

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	19.394	687.911	0	-183.496	3.367.809
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	19.394	687.911	0	-183.496	3.367.809
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	56.772	0	56.772
5.05	Destinações	0	0	0	-318.580	-19.191	0	-337.771
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-13.661	0	-13.661
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	-318.580	-5.530	0	-324.110
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	-283.648	283.648	0	0
5.05.03.03	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	5.530	-5.530	0	0
5.05.03.04	Dividendos Adicionais Propostos em 2014 e Aprovados pela AGOE em 2015	0	0	0	-40.462	-283.648	0	-324.110
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-581	0	581	-49.400	-49.400
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-49.051	-49.051
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-581	0	581	0	0
5.07.06	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-349	-349
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	18.813	369.331	38.162	-232.896	3.037.410

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.437.000	0	20.610	590.649	0	-8.429	3.039.830
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.437.000	0	20.610	590.649	0	-8.429	3.039.830
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	146.528	0	146.528
5.05	Destinações	0	0	0	-1.345	-48.973	0	-50.318
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-34.944	0	-34.944
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	-1.345	-14.029	0	-15.374
5.05.03.01	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	14.029	-14.029	0	0
5.05.03.02	Dividendos Adicionais Propostos em 2013 a Aprovados na AGO/E	0	0	0	-15.374	0	0	-15.374
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-573	-19.518	573	-82.637	-102.155
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-32.300	-32.300
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-573	0	573	0	0
5.07.05	Aquisição de Ações em Tesouraria	0	0	0	-19.518	0	384	-19.134
5.07.06	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-50.721	-50.721
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	407.000	0	0	-407.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	407.000	0	0	-407.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	20.037	162.786	98.128	-91.066	3.033.885

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	1.998.447	1.412.316
7.01.01	Intermediação Financeira	1.758.306	949.206
7.01.02	Prestação de Serviços	533.185	450.387
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-269.541	-115.303
7.01.04	Outras	-23.503	128.026
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.331.386	-485.943
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-198.049	-191.520
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-17.628	-15.622
7.03.02	Serviços de Terceiros	-105.973	-96.405
7.03.04	Outros	-74.448	-79.493
7.03.04.01	Processamento de Dados e Telecomunicações	-37.866	-43.229
7.03.04.02	Propaganda, Promoções e Publicações	-7.429	-8.189
7.03.04.03	Transportes	-5.817	-4.635
7.03.04.04	Segurança	-10.402	-8.305
7.03.04.05	Viagens	-3.009	-3.881
7.03.04.06	Outras	-9.925	-11.254
7.04	Valor Adicionado Bruto	469.012	734.853
7.05	Retenções	-9.278	-9.516
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.278	-9.516
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	459.734	725.337
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	459.734	725.337
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	459.734	725.337
7.09.01	Pessoal	335.774	386.767
7.09.01.01	Remuneração Direta	246.171	306.589
7.09.01.02	Benefícios	73.564	65.238
7.09.01.03	F.G.T.S.	16.039	14.940
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	60.242	187.207
7.09.02.01	Federais	54.357	182.998
7.09.02.02	Estaduais	15	56
7.09.02.03	Municipais	5.870	4.153
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.946	4.835
7.09.03.01	Aluguéis	6.946	4.835
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	56.772	146.528
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	19.191	48.973
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	37.581	97.555

Comentário do Desempenho

No primeiro trimestre de 2015, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) contratou o valor de R\$ 4,98 bilhões, envolvendo 1.145.801 operações de empréstimos e financiamentos, representando crescimento de 8,8% na quantidade de operações e de 42,9% no valor contratado em relação ao mesmo período de 2014. Manter a liderança em microfinança e agricultura familiar e ser o principal banco das MPEs da Região Nordeste são dois dos objetivos estratégicos mantidos para 2015. Dessa forma, o BNB continua apoiando o agente produtivo regional em todas as suas necessidades de crédito, tanto de financiamentos de longo prazo quanto de empréstimos de curto prazo, utilizando recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e de outras fontes à sua disposição, sempre priorizando o agricultor familiar, o mini e pequeno produtor rural, o micro e pequeno empresário urbano e o microempreendedor informal.

DESTAQUES

FNE eleva limite de financiamento para empreendedores individuais - Proposta pelo Banco do Nordeste para o exercício de 2015 e aprovada pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene /Condel), a Programação Anual do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) apresenta melhorias nas condições de contratação, destacando-se a elevação do limite de financiamento para empreendedores individuais de R\$ 15 mil para R\$ 20 mil. Os produtores rurais clientes do Banco também contarão com ampliação, para até 15 anos, do prazo para financiamento de investimento em armazenagem, incluídos até cinco anos de carência. O Plano de Aplicação de Recursos conta com R\$ 13,3 bilhões, disponíveis para onze estados da área do FNE.

Banco lança fundo de investimento para investidor qualificado - O Banco do Nordeste lançou no mercado um novo produto de investimento, o BNB FIC FI DI Institucional Longo Prazo, fundo de investimento de renda fixa voltado para clientes com maior conhecimento sobre o mercado financeiro e de capitais, denominados investidores qualificados pela CVM. Podem investir no novo fundo pessoas jurídicas correntistas do Banco do Nordeste que realizem aporte inicial a partir de R\$ 1 milhão. Com uma taxa de administração reduzida, de 0,35% ao ano, o BNB FIC FI DI Institucional LP se posiciona de forma bastante competitiva frente à concorrência, apresentando, ainda, liquidez diária, tanto para aplicação como para resgate. Trata-se de investimento de baixo risco, considerando que esse novo fundo aplica 95% do seu patrimônio líquido em uma carteira composta por, no mínimo, 80% em títulos do Tesouro Nacional, Bacen e/ou operações compromissadas lastreadas com títulos públicos federais.

Parceria com Governo de Alagoas visa incrementar negócios com setor informal - A parceria objetiva melhorar o atendimento ao empreendedor informal, visando o público-alvo do Crediamigo, tendo como diferencial o acompanhamento de um profissional para o desenvolvimento dos negócios. O atendimento será via Casa do Trabalhador Autônomo, que é um órgão vinculado à Secretaria do Trabalho e Emprego que oferta, aos autônomos, empreendedores individuais e empreendimentos econômicos solidários, gratuitamente, orientação à gestão de empreendimentos, palestras, cursos e oficinas de capacitação, orientação sobre linhas de crédito, intermediação para prestação de serviços e inserção em projetos de economia solidária.

Comentário do Desempenho

Banco do Nordeste lançou o Cartão de Crédito Empresarial Capital de Giro - O novo produto tem o objetivo de conceder empréstimo, na forma de limite de crédito rotativo pré-aprovado, destinado à cobertura de eventuais necessidades de caixa para aquisição de material de expediente, matérias-primas, insumos, bens e serviços destinados aos empreendimentos de pessoa jurídica, cliente do BNB. É um produto diferenciado e exclusivo do BNB, pois permite ao cliente realizar o parcelamento de sua operação em até 36 meses, com taxas bem menores em relação às praticadas no mercado para esse tipo de negócio. O Banco do Nordeste também concluiu, no primeiro trimestre de 2015, as regras de negócios para liberação do Cartão de Crédito Crediamigo. O produto é direcionado para todos os microempreendedores dos setores formal e informal, que sejam clientes ativos do Crediamigo.

Solicitação de Crédito pela Internet – No primeiro trimestre de 2015, o Banco disponibilizou na sua página Web o aplicativo Solicitação de Crédito, uma nova solução que dispensa a utilização do Formulário-Padrão (planilha eletrônica), proporcionando maior facilidade, agilidade e comodidade na sua intenção de financiamento para vários itens. O cliente não precisa se deslocar para sua agência para caracterizar a sua pretensão de crédito. Pela Internet, via Solicitação de Crédito, em instantes a agência responsável toma conhecimento do pleito. O aplicativo também permite que o cliente conheça de imediato os documentos que deverão ser apresentados para a formalização do crédito.

BNB apresenta lucro recorde em 2014 - Após três estiagens consecutivas na Região e num ano difícil para a economia nacional, o Banco do Nordeste teve o melhor desempenho financeiro de sua história, apresentando lucro líquido de R\$ 747,4 milhões e resultado operacional de R\$ 1,13 bilhão. Para o Presidente do Banco, as melhorias na governança corporativa e o empenho do corpo funcional foram fundamentais para o excelente desempenho alcançado em um contexto de retração econômica. O lucro líquido e o resultado operacional alcançados em 2014 representaram crescimento de 107% e 105%, respectivamente, frente ao ano anterior. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio ficou em 23,2%. Houve significativo avanço no volume de contratações de empréstimos e financiamentos, que cresceram 9,1% no ano, e à melhora no perfil da carteira de crédito, com redução na constituição de provisões para créditos de liquidação da ordem de 408 milhões em relação ao ano passado. Além de evoluir em relação à margem financeira, o Banco do Nordeste melhorou sua gestão operacional, com o volume de receitas de prestação de serviços (R\$ 1,8 bilhão) crescendo proporcionalmente mais do que o das despesas administrativas.

Encontro de Administradores 2015 - O Encontro de Administradores 2015 reuniu cerca de 500 gestores do Banco do Nordeste no Hotel Vila Galé, na praia do Cumbuco, em Caucaia (CE). O evento contou com a participação do presidente do Banco, além de toda a Diretoria Executiva da instituição, superintendentes, gerentes de agências e outros gestores. Foram analisados os principais pontos do Programa Estratégico do Banco para 2015, com a sinalização dos objetivos de atuação para este ano. O Encontro contou com a parceria da Fundação Dom Cabral, e incluiu várias palestras, debates e grupos de trabalho, com foco em conceitos como motivação, liderança e governança. Também foram discutidos projetos-chave, a exemplo do projeto “Excelência no Atendimento, e o projeto “Nordeste 2022”, uma série de estudos com prognósticos de cenários futuros para a região Nordeste.

Presidente Nelson recebe comenda de melhor executivo federal do Ceará - O presidente do Banco do Nordeste, Nelson Antônio de Souza, foi agraciado com a

Comentário do Desempenho

comenda Melhor Executivo Federal do Ceará, entregue no plenário da Câmara Municipal de Fortaleza, no último dia 26 de fevereiro. O evento “Melhores da Política e da Administração Pública e Social do Ceará – 2014 – 12ª Edição” contou com 33 homenageados, integrantes do cenário político, empresarial, executivo, acadêmico, filantrópico e mídia locais.

Prêmios de Microcrédito e Agricultura Familiar – O Banco do Nordeste premiou, no primeiro trimestre de 2015, 85 clientes dos segmentos de Microcrédito e Agricultura Familiar. A Entrega do XI Prêmio Banco do Nordeste de Microcrédito e III Prêmio de Agricultura Familiar, realizados anualmente, têm com principal finalidade reconhecer as iniciativas de sucesso dos clientes dos Segmentos de Agricultura Familiar (Pronaf), Microcrédito Rural (Agroamigo) e Microcrédito Urbano (Crediamigo).

Banco do Nordeste participa do Seminário Green Microfinance: Uma Nova Fronteira para os Serviços Financeiros Inclusivos - O Seminário objetivou discutir possibilidades e ações para integrar as iniciativas e estratégias ambientais na indústria brasileira de microfinanças. Conduzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), por meio do Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira, o evento contou com a presença de convidados de diversas organizações, como: FGV, CERMI-ULB (Centro para Pesquisa Europeia em Microfinanças e Universidade de Bruxelas, Bélgica), MicroEnergy International GMBH – Alemanha, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, Estados Unidos), FDL (Fundo de Desenvolvimento Local, Nicarágua), Central Cresol Baser (RS, Brasil).

Acordos com o Sebrae – No primeiro trimestre 2015, foram formalizados 3(três) acordos de cooperação entre o Banco do Nordeste e o Sebrae dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí, visando à complementaridade do apoio técnico e financeiro às Micro e Pequenas Empresas da região Nordeste. Os acordos preveem a qualificação do micro e pequeno empresário em gestão, finanças, planejamento estratégico, marketing e inovação, assim como a orientação quanto à documentação necessária para o acesso ao crédito. A iniciativa visa facilitar o fluxo do processo de crédito, em sintonia com as recomendações da LC 123, de 14/12/2006, conhecida como Lei Geral das MPEs, gerando oportunidades de novos negócios no segmento.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O BNB contratou o valor de R\$ 4,98 bilhões no primeiro trimestre de 2015, envolvendo 1.145.801 operações de empréstimos e financiamentos de operações de crédito, apresentando crescimentos de 8,8% na quantidade de operações e 42,9% no valor contratado em relação ao primeiro trimestre de 2014.

Os recursos envolvidos em operações de crédito de longo prazo foram, em sua maioria, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No primeiro trimestre de 2015, foi contratado o montante de R\$ 2,1 bilhões com recursos do Fundo, tendo sido realizadas 115.928 operações, o que significa crescimento de 64,5% no valor contratado e de 2,1% na quantidade de operações em relação ao mesmo período de 2014.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o BNB desembolsou aproximadamente R\$ 1,8 bilhão, contratando 928.023 operações no primeiro trimestre de 2015 em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de

Comentário do Desempenho

atuação. Comparando-se com o primeiro trimestre de 2014, o BNB apresentou um crescimento de 19,5% no valor desembolsado e de 7,6% na quantidade de operações.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 108.641 operações de financiamento envolvendo recursos da ordem de R\$ 524,6 milhões no primeiro trimestre de 2015, o que representa um crescimento de 26,7% no valor contratado e de 0,4% na quantidade de operações com relação ao primeiro trimestre de 2014.

Dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural: nesta modalidade, foi contratado o valor de R\$ 422,5 milhões no primeiro trimestre de 2015, com 104.276 operações realizadas com agricultores familiares, representando crescimento de 19,6% no valor contratado e redução de 0,6% na quantidade de operações relativamente a igual período de 2014.

No cômputo global do programa de microcrédito produtivo orientado do BNB, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi desembolsado o montante de aproximadamente R\$ 2,2 bilhões no primeiro trimestre de 2015, contratando 1.032.299 operações em apoio aos microempreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou o montante de R\$ 593,1 milhões ao longo do primeiro trimestre de 2015, representando aumento de 27,5% em relação ao primeiro trimestre de 2014, em 15.794 operações.

Quanto ao resultado financeiro, o lucro líquido do BNB foi de R\$ 56,8 milhões no primeiro trimestre de 2015, resultado 61,2% menor em relação ao primeiro trimestre de 2014, principalmente em função do incremento das despesas de provisão de crédito.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381, DE 14.01.2003

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 381/03, de 14.01.2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no primeiro trimestre de 2015, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Trimestres findos em 31 de Março de 2015 e de 2014
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24- Benefícios Pós-Emprego
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste- FNE
Nota 10- Outros Créditos	Nota 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 27- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 12- Permanente	Nota 28- Partes Relacionadas
Nota 13- Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas	Nota 29- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: “atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável como banco público, competitivo e rentável”. O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);

Notas Explicativas

- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério “*pro rata temporis*”.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos para Negociação: são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Notas Explicativas

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item objeto de *hedge* estão divulgados na nota 7.c.1.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Notas Explicativas

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

Intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis são compostos pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação e terão sua vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e serão amortizados linearmente. Quando aplicável, serão ajustados por perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) (Nota 12.d).

k) Tributos

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego, ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de *hedge*.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, plano de assistência médica, do tipo “benefício definido” e seguro de vida em grupo, do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério *pro-rata-die*.

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e na Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010.

Notas Explicativas

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica e de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

q) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os trimestres findos em 31.03.2015 e 31.03.2014.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

Especificação	01.01 a 31.03.2015			01.01 a 31.03.2014		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	1.543.499	565.653	2.109.152	1.368.520	8.419	1.376.939
Receitas de Operações de Crédito	648.858	-	648.858	479.035	-	479.035
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	393.552	268.859	662.411	447.062	57.607	504.669
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	283.435	-	283.435	(58.722)	-	(58.722)
Resultado de Operações de Câmbio	158.189	-	158.189	17.067	-	17.067
Resultado de Aplicações Compulsórias	5.413	-	5.413	5.950	-	5.950
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-	1.207	-	1.207
Outras Receitas	54.052	296.794	350.846	476.921	(49.188)	427.733
Despesas	(1.344.170)	(493.258)	(1.837.428)	(547.473)	(182.570)	(730.043)
Despesas de Captação no Mercado	(646.009)	-	(646.009)	(274.258)	-	(274.258)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(428.620)	(256.757)	(685.377)	(156.670)	(55.015)	(211.685)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(269.541)	(236.333)	(505.874)	(115.303)	(127.454)	(242.757)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	-	-	-	(1.242)	-	(1.242)
Provisão Proagro a Receber	-	(168)	(168)	-	(101)	(101)
Margem Financeira	199.329	72.395	271.724	821.047	(174.151)	646.896
Rendas de Prestação de Serviços	89.983	433.140	523.123	63.548	380.573	444.121
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	10.062	-	10.062	6.266	-	6.266
Pasep e Cofins ⁽¹⁾	(18.896)	(35.955)	(54.851)	(47.841)	(9.538)	(57.379)
Resultado após Tarifas e Comissões	280.478	469.580	750.058	843.020	196.884	1.039.904
Despesas Administrativas			(569.818)			(633.485)
Despesas de Pessoal			(355.545)			(427.614)
Depreciação e Amortização			(9.278)			(9.516)
Outras Despesas Administrativas			(204.995)			(196.355)
Outras Despesas			(125.506)			(155.043)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(18.343)			(20.173)
Lucro antes da Tributação e Participações			36.391			231.203
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			50.498			(77.349)
Participações no Lucro			(30.117)			(7.326)
Lucro Líquido			56.772			146.528

⁽¹⁾ As despesas referentes a Pasep e Cofins sobre importação de serviços em 31.03.2015 foi de zero (R\$ 12 em 31.03.2014) compõem o saldo de Outras Despesas

Notas Explicativas**NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa**

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
Disponibilidades em Moeda Nacional	168.349	159.640
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	52.352	38.002
Total da Disponibilidade de Caixa	220.701	197.642
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.716.538	8.167.819
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 27.c)	8.937.239	8.365.461

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**a) Composição**

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
a) Aplicações no Mercado Aberto	8.716.538	8.167.819
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	8.716.538	8.167.819
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	90.017	76.500
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	90.017	76.500
Total	8.806.555	8.244.319
Saldo de Curto Prazo	8.806.555	8.244.319

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 31.03.2015	01.01 a 31.03.2014
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	232.352	188.706
Posição Bancada	228.509	185.489
Posição Financiada	3.843	3.217
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	211	2.832
Total	232.563	191.538

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**a) Títulos e Valores Mobiliários**

O custo atualizado (aumentado dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
Títulos Disponíveis para Venda	13.518.478	13.642.125
Títulos Mantidos até o Vencimento	161.580	157.506
Diferencial a Receber Swap	790.723	507.287
Total	14.470.781	14.306.918
Saldo de Curto Prazo	5.859.155	6.053.427
Saldo de Longo Prazo	8.611.626	8.253.491

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	31.03.2015				31.12.2014			
	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	13.679.540	13.164.112	(515.428)		13.718.050	13.283.827	(434.223)	
Letras Financeiras do Tesouro	9.697.542	9.697.244	(298)	2015 a 2021	9.838.897	9.838.554	(343)	2015 a 2020
Notas do Tesouro Nacional	1.327.417	1.233.570	(93.847)	2050	1.300.171	1.246.502	(53.669)	2050
Letras Financeiras	1.969.331	1.906.759	(62.572)	2015 a 2019	1.911.463	1.845.196	(66.267)	2015 a 2019
Debêntures	650.364	320.527	(329.837)	2016 a 2035	632.974	347.443	(285.531)	2016 a 2035
Títulos Públicos Federais – FCVS	5.834	5.850	16	2027	5.949	5.949	-	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	28.818	-	(28.818)	1993	28.365	-	(28.365)	1993
Títulos da Dívida Agrária	234	162	(72)	2015 a 2022	231	183	(48)	2015 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	1.695	263	(1.432)		1.702	283	(1.419)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.432	-	(1.432)	Sem Vencimento	1.419	-	(1.419)	Sem Vencimento
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	247	247	-	Sem Vencimento	268	268	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações - FGO	16	16	-	Sem Vencimento	15	15	-	Sem Vencimento
Títulos de Renda Variável	8.745	8.309	(436)		8.745	8.553	(192)	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	163	125	(38)	Sem Vencimento	163	156	(7)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	8.582	8.184	(398)	Sem Vencimento	8.582	8.397	(185)	Sem Vencimento
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	357.668	345.794	(11.874)		361.046	349.462	(11.584)	
Letras Financeiras do Tesouro	341.352	341.346	(6)	2015 a 2020	345.252	345.245	(7)	2015 a 2020
Títulos Públicos Federais – Outros	730	-	(730)	1993	718	-	(718)	1993
Debêntures	15.586	4.448	(11.138)	2035	15.076	4.217	(10.859)	2035
Total da Categoria	14.047.648	13.518.478	(529.170)		14.089.543	13.642.125	(447.418)	
Crédito Tributário (Nota 21.b)			212.572				179.722	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)			(904)				(755)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado			(317.502)				(268.451)	

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 183.252 (R\$ 178.227 em 31.12.2014); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 2.070 (R\$ 2.013 em 31.12.2014); Garantias em Processos Judiciais R\$ 137.176 (R\$ 146.675 em 31.12.2014); e Demais Garantias R\$ 18.847 (R\$ 18.331 em 31.12.2014).

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801 e CVSB970101, com vencimento em 31.08.1993 e 01.01.2027, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de (R\$ 529.170) (R\$ 447.418) em 31.12.2014). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a (R\$ 317.502) (R\$ 268.451) em 31.12.2014).

Notas Explicativas

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	31.03.2015			31.12.2014		
	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	161.580	94.691		157.506	80.021	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	982	982	2016	1.471	1.471	2016
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	136.015	69.126	2030	133.736	56.251	2030
Cotas Fundo Investimento Criatec	11.892	11.892	2017	10.678	10.678	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	1.146	1.146	2023	565	565	2023
FIP Brasil Agronegócios	10.739	10.739	2018	10.017	10.017	2018
Nordeste III FIP	806	806	2022	1.039	1.039	2022
Total da Categoria	161.580	94.691		157.506	80.021	

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.4) No primeiro trimestre de 2015 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima e BM&FBovespa;

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

a.6) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até às datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 31.03.2015	01.01 a 31.03.2014
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	232.352	188.706
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	211	2.832
Títulos de Renda Fixa	429.608	313.077
Títulos de Renda Variável	240	54
Total	662.411	504.669

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.03.2015, o Banco possui operações de “swap”, que se encontram registradas na Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 31.03.2015								
Especificação	Valor Nocional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	790.723	-	814.097	-	-	23.374	(23.374)
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.087.635	790.723		814.097			23.374	(23.374)
Crédito Tributário (Nota 21.b)								9.350
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								-

Notas Explicativas

Composição em 31.12.2014								
Especificação	Valor Nocial	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	507.287	-	509.306	-	6.293	8.312	(2.019)
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.087.635	507.287	-	509.306	-	6.293	8.312	(2.019)
Crédito Tributário (Nota 21.b)								3.326
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								2.517

Especificação	31.03.2015		31.12.2014	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-	-	-
3 a 12 meses	423.300	-	281.551	-
1 a 3 anos	-	-	-	-
3 a 5 anos	367.423	-	225.736	-
5 a 15 anos	-	-	-	-
Total	790.723	-	507.287	-

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	31.03.2015				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.955.674	1.141.577	1.932.300	1.141.577	(23.374)
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva⁽¹⁾		Valor de Mercado⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> (Nota 15.a)	1.955.871		1.932.516		(23.355)
Crédito Tributário (Nota 21.b)					(9.342)

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 4.439, sobre os juros da operação

Especificação	31.12.2014				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.616.740	1.107.433	1.614.720	1.107.432	(2.019)
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva⁽¹⁾		Valor de Mercado⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> (Nota 15.a)	1.603.509		1.601.150		(2.359)
Crédito Tributário (Nota 21.b)					(944)

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.400, sobre os juros da operação

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do exercício.

Tendo em vista que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge*(*Eurobonds – Senior Unsecured Notes*) e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

As operações foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

Notas Explicativas**d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos**

Especificação	01.01 a 31.03.2015	01.01 a 31.03.2014
Swap	283.435	(58.722)
Total	283.435	(58.722)

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados**a) Créditos Vinculados**

Especificação	31.03.2015			31.12.2014		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios – Poupança	238.969	-	238.969	248.907	-	248.907
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	77.424	-	77.424	64.884	-	64.884
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	68.264	(12.586)	55.678	67.233	(12.523)	54.710
Tesouro Nacional - Crédito Rural	28.950	(540)	28.410	28.936	(533)	28.403
Total	413.607	(13.126)	400.481	409.960	(13.056)	396.904
Saldo de Curto Prazo	345.327	(541)	344.786	342.711	(533)	342.178
Saldo de Longo Prazo	68.280	(12.585)	55.695	67.249	(12.523)	54.726

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 31.03.2015	01.01 a 31.03.2014
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	4.428	5.223
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.031	942
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	14	12
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(60)	(227)
Total	5.413	5.950

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas**a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito**

Especificação	31.03.2015		31.12.2014	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	13.025.567	(973.975)	12.601.812	(865.515)
Curto Prazo	5.816.927	(655.092)	5.614.124	(350.873)
Longo Prazo	7.208.640	(318.883)	6.987.688	(514.642)
Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.f)	717.713	(109.822)	612.173	(25.188)
Curto Prazo	715.999	(109.822)	607.549	(25.188)
Longo Prazo	1.714	-	4.624	-
Total	13.743.280	(1.083.797)	13.213.985	(890.703)

Notas Explicativas**a.1) Composição da Carteira de Crédito**

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
Adiantamentos a Depositantes	623	1.091
Empréstimos	5.587.671	5.574.160
Títulos Descontados	70.857	66.244
Financiamentos	2.213.844	2.170.108
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	557.383	423.538
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 28.a.1)	419.431	404.556
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.667.557	1.628.962
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.507.958	2.332.910
Subtotal de Operações de Crédito	13.025.567	12.601.812
Avais Fianças Honrados	7	-
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	18.935	18.516
Devedores por Compra de Valores e Bens	5.395	5.662
Títulos e Créditos a Receber	34.305	29.494
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	659.071	558.501
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	717.713	612.173
Total	13.743.280	13.213.985

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 31.03.2015	01.01 a 31.03.2014
Empréstimos e Títulos Descontados	194.841	294.435
Financiamentos	374.266	105.661
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	48.245	54.488
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	30.982	24.420
Outros Valores	524	31
Total	648.858	479.035

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento**b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾**

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2015	Total em 31.12.2014
Rural	6.504	7.889	1.461	47.542	23.225	1.540.059	1.626.680	1.592.118
Indústria	82.448	84.226	107.297	213.714	345.157	2.041.035	2.873.877	2.814.544
Governo	15.125	13.210	13.210	64.312	79.261	1.302.172	1.487.290	1.362.749
Outros Serviços	174.067	94.274	112.797	333.974	423.087	1.323.684	2.461.883	2.440.769
Comércio	818.980	626.822	654.305	1.012.098	586.786	521.376	4.220.367	4.240.434
Intermediários Financeiros	18	18	18	56	114	375	599	715
Habitação	1	1	1	2	3	236	244	244
Pessoas Físicas	18.541	6.960	6.013	12.683	2.972	756	47.925	42.273
Total	1.115.684	833.400	895.102	1.684.381	1.460.605	6.729.693	12.718.865	12.493.846

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 31.03.2015	Total em 31.12.2014
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	52	48	40	121	860	6.537	7.658	2.997
Indústria	2.641	2.513	2.471	7.809	15.196	101.942	132.572	67.187
Outros Serviços	7.905	7.570	6.228	18.110	31.913	209.901	281.627	122.919
Comércio	16.452	13.947	10.976	29.116	59.371	164.015	293.877	179.376
Intermediários Financeiros	11	11	11	32	65	389	519	517
Pessoas Físicas	183	260	578	410	423	571	2.425	4.016
Total	27.244	24.349	20.304	55.598	107.828	483.355	718.678	377.012

Notas Explicativas

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas							Total em 31.03.2015	Total em 31.12.2014
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	18	289	81	485	5.458	10.005	31.359	47.695	48.279
Indústria	800	2.472	4.080	19.570	6.025	4.733	2.718	40.398	27.461
Outros Serviços	3.929	4.508	12.506	7.742	36.314	25.108	1.083	91.190	166.650
Comércio	5.447	11.329	24.884	16.555	25.351	35.787	1.913	121.266	95.455
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	23	-	23	23
Pessoas Físicas	4	417	589	488	943	2.723	1	5.165	5.259
Total	10.198	19.015	42.140	44.840	74.091	78.379	37.074	305.737	343.127

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.03.2015				31.12.2014			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	5.005.663	-	5.005.663	-	4.852.000	-	4.852.000	-
A	4.741.318	-	4.741.318	23.707	4.452.345	-	4.452.345	22.262
B	1.517.244	47.366	1.564.610	15.646	2.298.098	36.693	2.334.791	23.348
C	907.595	92.203	999.798	29.994	95.081	50.262	145.343	4.360
D	60.692	49.662	110.354	11.035	221.287	198.807	420.094	42.009
E	107.071	95.007	202.078	60.623	102.678	85.126	187.804	56.341
F	20.512	89.949	110.461	55.231	27.453	58.935	86.388	43.194
G	207.965	196.822	404.787	283.350	91.693	28.409	120.102	84.071
H	150.805	453.406	604.211	604.211	353.211	261.907	615.118	615.118
Total	12.718.865	1.024.415	13.743.280	1.083.797	12.493.846	720.139	13.213.985	890.703

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
Saldo Inicial (Provisão para Perdas da Carteira de Crédito)	890.703	893.774
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	269.466	425.607
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(76.372)	(428.678)
(=) Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	1.083.797	890.703
Saldo Inicial (Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito)	46.458	46.477
(+) Provisão Líquida no Período	75	(19)
(=) Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.f)	46.533	46.458
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.130.330	937.161

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 31.03.2015	01.01 a 31.03.2014
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	184.553	115.234
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	84.913	88
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	269.466	115.322
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	75	-
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	-	(19)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	269.541	115.303

f) No 1º trimestre de 2015 foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 30.982 (R\$ 24.420 em 31.03.2014) e as renegociações importaram em R\$ 33.080 (R\$ 39.600 em 31.03.2014).

Notas Explicativas

g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008, nº 12.249, de 11.06.2010, e nº 12.716, de 21.09.2012, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 31.03.2015, um efeito positivo no valor de R\$ 8.764 (R\$ 16.912 em 31.03.2014), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Especificação	01.01 a 31.03.2015	01.01 a 31.03.2014
Efetivação de Rendas	4.543	6.823
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	6.115	3.347
Despesas com Deságios	(152)	(19)
Efeito Líquido de Provisões	(1.742)	6.761
Total	8.764	16.912

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
a) Crédito por Avais e Fianças Honrados	7	-
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	903.747	672.788
c) Rendas a Receber	33.334	30.034
d) Negociação e Intermediação de Valores	4	4
e) Diversos	2.355.825	2.428.683
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.b)	1.082.548	942.033
Créditos Tributários-TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de <i>Hedge</i> (Notas 7.a.2, 7.c e 21.b)	212.580	182.103
Devedores por Depósitos em Garantia	739.002	713.091
Impostos e Contribuições a Compensar	69.239	208.414
Decorrentes de Antecipação (Nota 21.a.2)	26.090	167.284
Outros Valores	43.149	41.130
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	34.305	29.494
Adiantamentos e Antecipações Salariais	28.200	2.426
Pagamentos a Ressarcir	10.999	10.092
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	11	10
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	17	16
STN - Equalização de Encargos Financeiros do Crediamigo	-	127.275
Outros Valores	152.176	186.981
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(156.355)	(71.646)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(109.822)	(25.188)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.533)	(46.458)
Total	3.136.562	3.059.863
Saldo de Curto Prazo	2.618.690	2.498.388
Saldo de Longo Prazo	517.872	561.475

Notas Explicativas**NOTA 11 – Carteira de Câmbio****a) Composição**

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	873.220	652.821
Direitos sobre Vendas de Câmbio	11.592	1.505
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	-	(54)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	18.935	18.516
Ativo Circulante (Nota 10.b)	903.747	672.788
Passivo – Outras Obrigações		
Obrigações por Compras de Câmbio	659.071	559.212
Câmbio Vendido a Liquidar	11.564	1.497
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(659.071)	(558.501)
Passivo Circulante (Nota 16.b)	11.564	2.208

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 31.03.2015	01.01 a 31.03.2014
Rendas de Câmbio	158.377	17.207
Despesas de Câmbio	(188)	(140)
Total	158.189	17.067

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2014	01.01.2015 a 31.03.2015			31.03.2015		
	Saldo Contábil	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Perdas por Impairment ⁽¹⁾	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões				
Ações e Cotas	652	-	-	652	652	-	652
Bens Artísticos e Valiosos	1.227	-	-	1.227	1.227	-	1.227
Total	1.879	-	-	1.879	1.879	-	1.879

⁽¹⁾ Não há registro de perdas por *impairment* sobre o Ativo Permanente - Investimentos.

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2014	01.01.2015 a 31.03.2015			31.03.2015				
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Perdas por Impairment ⁽²⁾	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Depreciação					
Edificações	92.970	2.107	-	(2.483)	92.594	250.682	(158.088)	-	92.594
Sistema de Processamento de Dados	51.531	4.884	(231)	(4.655)	51.529	121.795	(70.266)	-	51.529
Móveis e Equipamentos de Uso	27.778	1.660	(118)	(1.321)	27.999	69.020	(41.021)	-	27.999
Terrenos	17.025	-	-	-	17.025	17.025	-	-	17.025
Instalações	6.119	115	-	(372)	5.862	19.203	(13.341)	-	5.862
Sistema de Comunicação	69	-	-	(4)	65	364	(299)	-	65
Imobilização em Curso ⁽¹⁾	7.493	122	-	-	7.615	7.615	-	-	7.615
Sistema de Segurança	8.318	560	(82)	(381)	8.415	17.932	(9.517)	-	8.415
Sistema de Transporte	11	198	(198)	(5)	6	16.120	(16.114)	-	6
Total	211.314	9.646	(629)	(9.221)	211.110	519.756	(308.646)	-	211.110

⁽¹⁾ Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

⁽²⁾ Não há registro de perdas por *impairment* sobre o Ativo Imobilizado.

c) Diferido

Especificação	31.12.2014	01.01.2015 a 31.03.2015			31.03.2015				
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Perdas por Impairment ⁽¹⁾	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização					
Gastos em Imóveis de Terceiros	159	-	-	(57)	102	831	(729)	-	102
Total	159	-	-	(57)	102	831	(729)	-	102

⁽¹⁾ Não há registro de perdas por *impairment* sobre o Ativo Diferido.

d) Intangível

Especificação	31.12.2014	01.01.2015 a 31.03.2015			31.03.2015				
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Perdas por Impairment ⁽¹⁾	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização					
Gastos com Intangíveis em Elaboração	16.406	-	-	-	16.406	-	-	-	16.406
Total	16.406	-	-	-	16.406	-	-	-	16.406

⁽¹⁾ Não há registro de provisão para perdas por *impairment* sobre o Ativo Intangível

Notas Explicativas

NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 Anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2015	Total em 31.12.2014
Depósitos a Vista	206.405	6.047	-	-	-	-	212.452	175.199
Depósitos a Vista	206.405	-	-	-	-	-	206.405	165.168
Depósitos em Moeda Estrangeira	-	6.047	-	-	-	-	6.047	10.031
Depósitos de Poupança	1.816.168	-	-	-	-	-	1.816.168	1.956.179
Depósitos Interfinanceiros	568.131	652.090	146.332	62.804	-	-	1.429.357	1.425.715
Depósitos a Prazo	1.060.366	1.489.486	3.280.669	725.498	1.253.651	117.213	7.926.883	8.368.334
Depósitos a Prazo	175.972	1.415.082	2.773.260	546.879	1.073.882	117.213	6.102.288	6.606.781
Depósitos Judiciais com Remuneração	861.467	-	-	-	-	-	861.467	846.314
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	13.034	403.680	74.337	74.337	-	565.388	494.112
FAT- Recursos Disponíveis	4.584	12.780	5.585	4.271	5.010	-	32.230	34.763
FAT- Recursos Aplicados	17.869	48.590	98.144	99.757	100.422	-	364.782	385.643
Outros	474	-	-	254	-	-	728	721
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.410	1.097.285	-	957.885	-	-	2.072.580	1.685.962
Eurobonds	-	979.069	-	957.885	-	-	1.936.954	1.602.550
LCA - Letras de Crédito do Agronegócio	17.410	118.216	-	-	-	-	135.626	83.412
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	85.997	-	20.517	-	-	1.321.485	1.427.999	1.356.540
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.646.530	1.646.530	1.605.289
Total	3.754.477	3.244.908	3.447.518	1.746.187	1.253.651	3.085.228	16.531.969	16.573.218
Saldo de Curto Prazo							6.999.385	7.219.885
Saldo de Longo Prazo							9.532.584	9.353.333

b) Depósitos

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
Depósitos a Vista	212.452	175.199
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	6.047	10.031
Depósitos de Governos	20.260	22.129
Depósitos Vinculados	93.916	74.432
Pessoas Jurídicas	70.782	43.779
Pessoas Físicas	20.941	23.345
Outros Valores	506	1.483
Depósitos de Poupança	1.816.168	1.956.179
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.245.325	1.292.336
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	570.010	662.955
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	833	888
Depósitos Interfinanceiros	1.429.357	1.425.715
Depósitos a Prazo	7.926.883	8.368.334
Depósitos a Prazo	6.102.288	6.606.781
Depósitos Judiciais com Remuneração	861.467	846.314
Outros Depósitos a Prazo	963.128	915.239
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 26 e Nota 28)	397.012	420.406
Recursos Disponíveis (Nota 26)	32.230	34.763
Proger Urbano	4.250	4.945
Protrabalho	146	482
Infraestrutura	25.523	26.129
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	2.311	3.207
Recursos Aplicados (Nota 26)	364.782	385.643
Proger Urbano	23.958	26.690
Protrabalho	87.306	91.215
Infraestrutura	128.143	137.008

Notas Explicativas

PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	125.375	130.730
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	565.388	494.112
Outros Valores	728	721
Total	11.384.860	11.925.427
Saldo de Curto Prazo	5.798.694	6.244.818
Saldo de Longo Prazo	5.586.166	5.680.609

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
Carteira Própria	1.679.747	1.756.347
Letras Financeiras do Tesouro	1.679.747	1.756.347
Total	1.679.747	1.756.347
Saldo de Curto Prazo	1.564.299	1.699.988
Saldo de Longo Prazo	115.448	56.359

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01. a 31.03.2015	01.01. a 31.03.2014
Despesas de Captações	(597.024)	(245.430)
Depósitos a Prazo	(177.711)	(140.183)
Depósitos de Poupança	(25.077)	(21.796)
Depósitos Judiciais	(19.544)	(16.333)
Depósitos Interfinanceiros	(13.819)	(8.394)
Depósitos Especiais	(19.590)	(17.916)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(337.976)	(37.778)
Outros Depósitos	(3.307)	(3.030)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(48.985)	(28.828)
Carteira de Terceiros	(3.826)	(3.229)
Carteira Própria	(45.159)	(25.599)
Total	(646.009)	(274.258)

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2015	Total em 31.12.2014
Empréstimos no Exterior	523.936	900.537	-	-	-	-	1.424.473	1.066.651
Repasses do País	41.841	107.623	297.997	348.455	676.038	202.280	1.674.234	1.631.087
Repasses do Exterior	50.936	89.625	271.893	271.893	319.502	-	1.003.849	847.215
Total	616.713	1.097.785	569.890	620.348	995.540	202.280	4.102.556	3.544.953
Saldo de Curto Prazo							1.714.498	1.326.159
Saldo de Longo Prazo							2.388.058	2.218.794

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2015	31.12.2014
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	1.424.473	1.066.651
Total		1.424.473	1.066.651
Saldo de Curto Prazo		1.424.473	1.066.651
Saldo de Longo Prazo		-	-

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2015	31.12.2014
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,0 ou 6,75	666	659
BNDES		1.512.810	1.464.027
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	1.172.444	1.131.349
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	340.366	332.678
Finame		160.758	166.401
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	141.682	147.700
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	19.076	18.701
Total (Nota 28.a.1)		1.674.234	1.631.087
Saldo de Curto Prazo		149.464	144.935
Saldo de Longo Prazo		1.524.770	1.486.152

Notas Explicativas

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2015	31.12.2014
BID-Prodetur I	USD + 3,27	468.712	384.991
BID-Prodetur II	USD + 1,15	527.041	455.106
BID-Outros Programas	USD + 1,15	8.096	7.118
Total		1.003.849	847.215
Saldo de Curto Prazo		140.561	114.573
Saldo de Longo Prazo		863.288	732.642

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 31.03.2015	01.01. a 31.03.2014
Despesas de Obrigações por Empréstimos	-	(378)
Obrigações por Empréstimos no País	-	(378)
Despesas de Obrigações por Repasses	(685.377)	(33.440)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(34.139)	(29.653)
Tesouro Nacional	(7)	(11)
BNDES	(32.697)	(28.119)
Finame	(1.435)	(1.523)
Despesas de Repasses do Exterior	(180.656)	(3.787)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(238.716)	(1.905)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(231.866)	(175.962)
Total	(685.377)	(211.685)

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 31.03.2015 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.03.2015 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2014 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	978.127	959.287	793.138
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	982.183	977.667	809.412
Total				600.000		1.936.954	1.602.550
Saldo de Curto Prazo						979.069	808.048
Saldo de Longo Prazo						957.885	794.502

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	31.03.2015	31.12.2014
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽¹⁾	88,36 CDI	130.508	135.626	83.412
Saldo de Curto Prazo			135.626	83.372
Saldo de Longo Prazo			-	40

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 365 dias.

Notas Explicativas**NOTA 16 – Outras Obrigações**

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	56.135	2.677
Recebimentos de Tributos Federais	52.395	-
IOF a Recolher	2.706	2.578
Outros Tributos e Assemelhados	1.034	99
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	11.564	2.208
c) Sociais e Estatutárias	514.826	160.668
Dividendos e Bonificações a Pagar	420.556	96.514
Participações nos Lucros	94.270	64.154
d) Fiscais e Previdenciárias	337.155	438.165
Provisão para Riscos Fiscais	128.394	127.010
Impostos e Contribuições (Nota 22.i.1.i)	91.916	90.201
Causas Fiscais (Nota 22.i.1.ii e iii)	36.478	36.809
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	45.519	45.988
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 21.c)	904	3.272
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 21.c)	4.760	5.147
Decorrentes de Créditos Recuperados (Nota 21.c)	39.855	37.569
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	97.373	192.187
Imposto de Renda ⁽¹⁾	59.938	116.860
Contribuição Social ⁽²⁾	37.435	75.327
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	65.869	72.980
e) Negociação e Intermediação de Valores	101	91
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	9.254.823	8.652.860
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Nota 28.a.1)	8.297.640	7.798.625
Outros Valores	957.183	854.235
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 28.a.1)	1.427.999	1.356.540
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 28.a.1)	1.646.530	1.605.289
i) Diversas	3.837.544	3.695.814
Provisão para Passivos Contingentes	2.619.764	2.455.248
Causas Trabalhistas (Nota 22.i.iv)	226.839	221.610
Causas Cíveis (Nota 22.i.v)	144.853	138.045
Outras Causas (Nota 22.i.vi)	644	608
FNE (Nota 22.i.2.i)	2.210.320	2.062.717
Repasse	1.059	1.073
Risco Integral	119.989	111.778
Risco Compartilhado	2.089.272	1.949.866
FDNE (Nota 22.i.2.ii)	1.080	1.065
Proagro (Nota 22.i.2.iii)	2.758	2.600
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	13.661	-
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.i.2.iv)	19.609	28.603
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.071.334	1.116.313
Benefício Pós-Emprego	877.589	878.530
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Nota 28.a.2)	121.097	130.268
Plano de Assistência Médica (Nota 28.a.2)	718.874	710.602
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego	37.618	37.660
Despesa de Pessoal	154.709	194.924
Outros Valores	39.036	42.859
Outros Valores	146.446	124.253
Total	17.086.677	15.914.312
Saldo de Curto Prazo	5.896.377	6.258.485
Saldo de Longo Prazo	11.190.300	9.655.827

⁽¹⁾ Em 31.03.2015, inclui o valor complementar de R\$ 5.640 referente ao ajuste anual dos anos de 2010 a 2013 em face do recálculo da base Pasep/Cofins com inclusão de despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida - IHCD.

⁽²⁾ Em 31.03.2015, inclui o valor complementar de R\$ 3.471 referente ao ajuste anual dos anos de 2010 a 2013 em face do recálculo da base Pasep/Cofins com inclusão de despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida - IHCD.

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.03.2015	31.12.2014
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.g e 28.a.1)	1.000.000	1.356.540	22.12.2010	1.427.999	1.356.540
Saldo de Curto Prazo				85.998	83.648
Saldo de Longo Prazo				1.342.001	1.272.892

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.646.530	1.605.289
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	982.285	923.752
Recursos aplicados ⁽²⁾	664.245	681.537
Total (Nota 28.a.1)	1.646.530	1.605.289

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

Notas Explicativas

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 2.844.000, é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Composição em 31.03.2015		
Acionistas	Total das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00%
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.216.918	34,98%
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.236.650	7,22%
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45%
Outros	2.021.481	2,35%
Total	86.371.464	100,00%

Composição em 31.12.2014		
Acionistas	Total das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00%
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.216.918	34,98%
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.237.350	7,22%
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45%
Outros	2.020.781	2,35%
Total	86.371.464	100,00%

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 18.813 (R\$ 19.394 em 31.12.2014) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. No trimestre houve transferência da reserva no valor de R\$ 581 (R\$ 724 em 31.12.2014) para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

c) Dividendos e JCP do exercício de 2014

Por meio da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária realizada em 31.03.2015, foi aprovada a distribuição de Dividendos e JCP, referentes ao exercício findo em 31.12.2014, de R\$ 533.030. Esse montante contempla R\$ 283.648 adicionado ao valor da provisão constituída para o exercício de 2014, com vistas ao cumprimento da decisão da referida Assembleia.

Notas Explicativas

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 31.03.2015	01.01. a 31.03.2014
a) Receitas de Prestação de Serviços	523.123	444.121
Administração de Fundos de Investimentos	7.032	5.958
Administração de Fundos e Programas	437.766	384.867
Prestação de Serviços	78.325	53.296
b) Rendas de Tarifas Bancárias	10.062	6.266
c) Despesas de Pessoal	(355.545)	(427.614)
Proventos	(212.909)	(194.686)
Programa de Incentivo ao Desligamento	-	(102.381)
Encargos Sociais	(73.868)	(71.747)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Caped Planos BD e CV I	(16.348)	(11.145)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(18.417)	(19.917)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(548)	-
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(33.455)	(27.738)
d) Outras Despesas Administrativas	(214.273)	(205.871)
Processamento de Dados	(31.312)	(36.803)
Propaganda e Publicidade	(4.351)	(6.895)
Serviços de Terceiros	(94.108)	(81.854)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(14.876)	(11.121)
Viagens	(3.009)	(3.881)
Comunicações	(6.554)	(6.426)
Depreciação e Amortização	(9.278)	(9.516)
Manutenção e Conservação de Bens	(9.698)	(9.336)
Vigilância, Segurança e Transporte	(16.219)	(12.940)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(3.078)	(1.294)
Serviços do Sistema Financeiro	(6.302)	(5.851)
Serviços Técnicos Especializados	(5.563)	(8.700)
Seguros	(923)	(1.105)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(4.815)	(6.631)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(813)	(834)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(1.153)	(1.074)
Outros Valores	(2.221)	(1.610)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.d)	(60.851)	(61.685)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(54.850)	(57.391)
ISS, IPTU e Contribuição de Melhoria	(5.324)	(3.777)
Outros Valores	(677)	(517)
f) Outras Receitas Operacionais	349.123	427.622
"Del credere" de Fundos Administrados	298.455	265.452
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	9.512	123.643
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Operações do FNE	15	20
Recuperação de Encargos e Despesas	1.758	1.594
Reversão de Provisões Operacionais	15.783	8.152
Juros e Comissões	994	534
Correção Monetária	284	1.833
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	10.805	15.771
Outros Valores	11.517	10.623
g) Outras Despesas Operacionais	(374.350)	(299.707)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(3.445)	(64.186)
Descontos Concedidos em Renegociações	(178)	(365)
Encargos de Operações de Crédito	(483)	(1.162)
Riscos Fiscais	(3.060)	(3.204)
Riscos com Operações do FNE	(236.333)	(127.454)
Riscos com Operações do FDNE	(15)	(7)
Causas Trabalhistas	(5.687)	(6.223)
Causas Cíveis	(9.560)	(10.737)
Outras Causas	(36)	(9)
Outros Passivos Contingentes	-	(1.242)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(71.460)	(46.707)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(25.187)	(16.690)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(16.055)	(17.621)
Outros Valores	(2.851)	(4.100)
Total	(122.711)	(116.868)

Notas Explicativas

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa, podendo ser suspenso ou reduzido quando a apuração pelo Lucro Real for mais favorável ao Banco, quando comparada com a forma Estimativa. A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social (Despesa Corrente + Despesa Diferida) no 1º trimestre de 2015 apresentou credora em face do ativo fiscal diferido estar superior à despesa corrente no valor de R\$ 50.498 (R\$ 77.349 devedor no 1º trimestre de 2014)

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.03.2015	01.01 a 31.03.2014	01.01 a 31.03.2015	01.01 a 31.03.2014
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	36.391	231.203	36.391	231.203
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(30.117)	(7.326)	(30.117)	(7.326)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(19.191)	(48.973)	(19.191)	(48.973)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	(12.917)	174.904	(12.917)	174.904
Adições/Exclusões Permanentes	6.452	(14.397)	6.607	(14.397)
Adições/Exclusões Temporárias	232.737	93.710	232.737	93.710
Resultado Tributável	226.272	254.217	226.427	254.217
Despesas de Provisão de IRPJ (25%) ⁽¹⁾ e CSLL (15%) - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(56.562)	(63.549)	(33.964)	(38.133)
Deduções (Incentivos Fiscais)	2.264	1.891	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	242	239	145	144
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(54.056)	(61.419)	(33.819)	(37.989)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	145	1.941	87	1.165
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(53.911)	(59.478)	(33.732)	(36.824)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de <i>Hedge</i>	86.345	11.852	51.796	7.101
Total de IRPJ/CSLL	32.434	(47.626)	18.064	(29.723)
Alíquota Efetiva (%)	251,10	20,60	139,84	12,86
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	54.056	109.995	33.819	71.120
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	242	1.225	145	735
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	54.298	111.220	33.964	71.855
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte ⁽²⁾ (Nota 10.d)	(17.764)	(103.145)	(8.326)	(64.425)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	36.534	8.075	25.638	7.430

⁽¹⁾ Aplica-se sobre a base tributável a alíquota de 15% referente ao IRPJ devido, acrescido de alíquota de 10% como adicional de IRPJ ao que exceder o limite anual de R\$ 240.

⁽²⁾ Inclusive tributos retidos na fonte, nos seguintes valores em 31.03.2015 – IRPJ: 24 R\$ e CSLL: zero ; valores em 31.12.2014 – IRPJ: R\$ 226 e CSLL: R\$ 60.

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito e provisões para benefícios pós-emprego são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Resolução CMN nº 3.355, de 31.03.2006) e Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Notas Explicativas

Especificação	31.03.2015		31.12.2014		31.03.2015	31.12.2014
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões						
Saldo Inicial	588.762	353.271	645.463	387.292	942.033	1.032.755
Constituição	164.559	98.740	258.530	155.132	263.299	413.662
Realização/Reversão	(76.731)	(46.053)	(315.231)	(189.153)	(122.784)	(504.384)
Saldo Final (Nota 10.e)	676.590	405.958	588.762	353.271	1.082.548	942.033
b) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	2.078	1.248	13	7	3.326	20
Constituição	5.843	3.506	4.575	2.746	9.349	7.321
Realização/Reversão	(2.078)	(1.247)	(2.510)	(1.505)	(3.325)	(4.015)
Saldo Final (Nota 7.c)	5.843	3.507	2.078	1.248	9.350	3.326
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	(590)	(354)	15.554	9.333	(944)	24.887
Constituição	(24.193)	(14.516)	12.797	7.678	(38.709)	20.475
Realização/Reversão	18.944	11.367	(28.941)	(17.365)	30.311	(46.306)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	(5.839)	(3.503)	(590)	(354)	(9.342)	(944)
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	112.325	67.396	131.001	78.601	179.721	209.602
Constituição	137.932	82.759	433.654	260.192	220.691	693.846
Realização/Reversão	(117.400)	(70.440)	(452.330)	(271.397)	(187.840)	(723.727)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	132.857	79.715	112.325	67.396	212.572	179.721

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
1. Total das Diferenças Temporárias	4.572.428	4.263.499	4.572.428	4.263.499
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.143.107	1.065.875	685.864	639.525
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	676.590	588.762	405.958	353.271
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	132.861	113.813	79.719	68.290
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3+ item 4) ⁽¹⁾	809.451	702.575	485.677	421.561
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	333.656	363.300	200.187	217.964

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 31.03.2015, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2015	13,26	209.537	203.115	125.722	121.869	335.259	324.984
2016	11,58	127.825	124.370	76.695	74.622	204.520	198.992
2017	10,71	82.058	79.997	49.234	47.998	131.292	127.995
2018	10,25	60.041	58.594	36.025	35.157	96.066	93.751
2019	10,01	197.129	192.484	118.282	115.494	315.411	307.978
Total		676.590	658.560	405.958	395.140	1.082.548	1.053.700

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na data de 31.12.2014.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e Item Objeto de Hedge apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Notas Explicativas

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2015	8.245	8.245	4.947	4.947	13.192	13.192
2016	10.306	10.306	6.183	6.183	16.489	16.489
2017	2.081	2.081	1.248	1.248	3.329	3.329
2018	16.993	16.993	10.196	10.196	27.189	27.189
2019	5.484	5.484	3.291	3.291	8.775	8.775
Acima de 2019	89.752	89.754	53.854	53.852	143.606	143.606
Total	132.861	132.863	79.719	79.717	212.580	212.580

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.03.2015 estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2015	217.782	211.360	130.669	126.816	348.451	338.176
2016	138.131	134.676	82.878	80.805	221.009	215.481
2017	84.139	82.078	50.482	49.246	134.621	131.324
2018	77.034	75.587	46.221	45.353	123.255	120.940
2019	202.614	197.968	121.573	118.785	324.187	316.753
Acima de 2019	89.751	89.754	53.854	53.852	143.606	143.606
Total	809.451	791.423	485.677	474.857	1.295.129	1.266.280

d) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	31.03.2015		31.12.2014		31.03.2015	31.12.2014
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL		
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	1.573	944	5.397	3.238	2.517	8.636
Constituição	16.328	9.797	17.847	10.708	26.125	28.555
Realização/Reversão	(17.901)	(10.741)	(21.671)	(13.002)	(28.642)	(34.674)
Saldo Final (Nota 7.c)	-	-	1.573	944	-	2.517
b) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	3.217	1.930	4.134	2.482	5.147	6.616
Constituição	-	-	227	136	-	363
Realização/Reversão	(242)	(145)	(1.144)	(688)	(387)	(1.832)
Saldo Final	2.975	1.785	3.217	1.930	4.760	5.147
c) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	23.481	14.088	16.491	9.895	37.569	26.386
Constituição	1.429	857	7.658	4.595	2.286	12.253
Realização/Reversão	-	-	(668)	(402)	-	(1.070)
Saldo Final (Nota 16.d)	24.910	14.945	23.481	14.088	39.855	37.569
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	472	283	25.007	15.004	755	40.011
Constituição	2.338	1.403	92.496	55.498	3.741	147.994
Realização/Reversão	(2.245)	(1.347)	(117.032)	(70.219)	(3.592)	(187.250)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	565	339	471	283	904	755

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	79	79	47	47	126	126
2017	4	4	3	3	7	7
2018	222	222	133	133	355	355
2019	254	254	152	152	406	406
Acima de 2019	6	6	4	4	10	10
Total	565	565	339	339	904	904

Notas Explicativas

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2015	13,26	726	646	436	387	1.162	1.033
2016	11,58	968	773	581	464	1.549	1.237
2017	10,71	968	699	581	419	1.549	1.118
2018	10,25	313	204	187	123	500	327
Total		2.975	2.322	1.785	1.393	4.760	3.715

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2015	13,26	4.864	4.326	2.919	2.596	7.783	6.922
2016	11,58	3.018	2.684	1.811	1.610	4.829	4.294
2017	10,71	2.114	1.880	1.268	1.128	3.382	3.008
2018	10,25	1.523	1.354	914	813	2.437	2.167
2019	10,01	1.277	1.136	766	681	2.043	1.817
Acima de 2019	10,01	12.114	10.773	7.267	6.464	19.381	17.237
Total		24.910	22.153	14.945	13.292	39.855	35.445

Os valores totais das provisões dos passivos tributários, na posição de 31.03.2015, estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2015	5.590	4.972	3.355	2.983	8.945	7.955
2016	4.065	3.536	2.439	2.121	6.504	5.657
2017	3.086	2.583	1.852	1.550	4.938	4.133
2018	2.057	1.780	1.234	1.069	3.291	2.849
2019	1.531	1.390	918	833	2.449	2.223
Acima de 2019	12.121	10.780	7.271	6.468	19.392	17.248
Total	28.450	25.041	17.069	15.024	45.519	40.065

e) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 31.03.2015	01.01 a 31.03.2014
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(54.850)	(57.391)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(5.324)	(3.777)
Outros Valores	(677)	(517)
Total (Nota 20)	(60.851)	(61.685)

f) Lei nº 12.973, de 13.05.2014

Em 13 de maio de 2014, foi convertida na Lei nº 12.973, a Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CSLL, PIS/Pasep e Cofins a partir de 01.01.2015. Com base na análise da referida Lei, verificamos que a mesma não traz efeitos fiscais relevantes nas operações do Banco.

NOTA 22 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões, ativos contingentes e passivos contingentes e obrigações legais são observados os critérios do CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pelo Bacen por meio da Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN, e Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010.

Notas Explicativas

- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Superintendência Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco guardam conformidade com as disposições legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota, conforme quadro comparativo das posições em 31.03.2015 e 31.12.2014, a seguir demonstrado:

Especificação	31.03.2015		31.12.2014	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Provisão para Riscos Fiscais				
a.1) Impostos e Contribuições - Obrigação Legal	91.916	91.916	90.201	90.201
a.2) Causas Fiscais	1.356.878	36.478	1.356.639	36.809
i) Obrigação Legal (Nota 22 i.1.ii)	290	290	284	284
ii) Outras Obrigações-Diversas (Nota 22 i.1.iii)	1.356.588	36.188	1.356.355	36.525
Provável	36.188	36.188	36.525	36.525
Possível	1.075.572	-	1.050.997	-
Remota ⁽¹⁾	244.828	-	268.833	-
b) Provisão para Passivos Contingentes				
b.1) Causas Trabalhistas	405.231	226.839	390.822	221.610
Provável (Nota 16.i)	226.839	226.839	221.610	221.610
Possível	92.338	-	87.188	-
Remota	86.054	-	82.024	-
b.2) Causas Cíveis	3.877.544	144.853	3.735.322	138.045
Provável (Nota 16.i)	144.853	144.853	138.045	138.045
Possível	813.087	-	838.423	-
Remota ⁽²⁾	2.919.604	-	2.758.854	-
b.3) Outras Causas	2.675	644	2.956	608
Provável (Nota 16.i)	644	644	608	608
Possível	1.720	-	2.044	-
Remota	311	-	304	-

⁽¹⁾ O montante da contingência passiva relacionada às causas fiscais classificadas com risco remoto está concentrado em 03 (três) processos que apresentaram saldo de contingência passiva da ordem de R\$ 219.065 (R\$ 226.632 em 31.12.2014).

⁽²⁾ O montante da contingência passiva relacionada às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 05 (cinco) processos que apresentaram saldo de contingência passiva da ordem de R\$ 1.830.358 (R\$ 1.720.429 em 31.12.2014).

- d) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e da contingência passiva é realizada, pela Superintendência Jurídica, na forma do item "b", retromencionado.

Notas Explicativas

- e) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea “d”, subitens a.1 e a.2.i têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.
- f) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração. A estimativa de perda financeira perfaz, na data base de 31.03.2015, R\$ 527.402. Na posição de 31.12.2014, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 515.394.

Dois ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração. As estimativas de perdas financeiras, na data base de 31.03.2015, perfazem respectivamente, R\$ 260.061 e R\$ 176.367. Na posição de 31.12.2014, representavam, respectivamente, R\$ 254.140 e R\$ 172.351.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração. A estimativa de perda financeira perfaz, na data base de 31.03.2015, R\$ 150.617. Na posição de 31.12.2014, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 141.571.

Ação na esfera cível que visa pagamento de honorários. A estimativa de perda financeira perfaz, na data base de 31.03.2015, R\$ 58.675. Na posição de 31.12.2014, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 57.435.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito. A estimativa de perda financeira perfaz, na data base de 31.03.2015, R\$ 42.273. Na posição de 31.12.2014, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 39.734.

Ação na esfera cível que visa indenização. A estimativa de perda financeira perfaz, na data base de 31.03.2015, R\$ 32.875. Na posição de 31.12.2014, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 30.539.

Ação na esfera cível, iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de perda financeira, de risco possível, perfaz, na data-base de 31.03.2015, R\$ 80.452. Na posição de 31.12.2014, a estimativa de perda financeira para o referido processo era de R\$ 80.452.

- g) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as provisões e passivos contingentes, estão assim representados:

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
Demandas Trabalhistas	428.360	420.988
Demandas Fiscais	213.609	211.574
Demandas Cíveis	63.678	47.955
Total	705.647	680.517

- h) Em “Outros Passivos Contingentes”, na posição de 31.03.2015, registram-se os valores de: R\$ 4.765 (R\$ 5.827, em 31.12.2014), referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna, R\$ 12.419 (R\$ 12.781, em 31.12.2014) relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação e R\$ 2.425 (R\$ 2.596, em 31.12.2014) referente à provisão para fazer frente a riscos operacionais decorrentes do Inventário de Operações de Crédito.

Notas Explicativas

i) Movimentação das Provisões

i.1) Causas Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Outras Causas e Obrigação Legal

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	90.201	84.925
Constituição	1.832	9.210
Reversão/Utilização/Baixa	(117)	(3.934)
Saldo Final (Nota 16.d)	91.916	90.201
ii) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	284	281
Constituição	6	44
Reversão/Utilização/Baixa	-	(41)
Saldo Final (Nota 22.c)	290	284
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	36.525	32.867
Constituição	1.399	5.867
Reversão/Utilização/Baixa	(1.736)	(2.209)
Saldo Final (Nota 22.c)	36.188	36.525
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	221.610	198.291
Constituição	8.902	36.437
Reversão/Utilização/Baixa	(3.673)	(13.118)
Saldo Final (Nota 16.i)	226.839	221.610
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	138.045	105.499
Constituição	13.195	67.317
Reversão/Utilização/Baixa	(6.387)	(34.771)
Saldo Final (Nota 16.i)	144.853	138.045
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	608	663
Constituição	324	113
Reversão/Utilização/Baixa	(288)	(168)
Saldo Final (Nota 16.i)	644	608

i.2) Demais Provisões

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
i) FNE		
Saldo Inicial	2.062.717	2.022.091
Constituição	406.028	1.034.231
Reversão/Utilização/Baixa	(258.425)	(993.605)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.210.320	2.062.717
ii) FDNE		
Saldo Inicial	1.065	515
Constituição	15	551
Reversão/Utilização/Baixa	-	(1)
Saldo Final (Nota 16.i)	1.080	1.065
iii) Proagro		
Saldo Inicial	2.600	2.152
Constituição	158	634
Reversão/Utilização/Baixa	-	(186)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.758	2.600
iv) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	28.603	33.685
Constituição	35	12.397
Reversão/Utilização/Baixa	(9.029)	(17.479)
Saldo Final (Nota 16.i)	19.609	28.603

Notas Explicativas

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	01.01 a 31.03.2015	01.01 a 31.03.2014
Máxima	33.290,13	30.744,54
Mínima	1.273,33	1.148,97
Média	8.340,59	8.193,14

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	31.03.2015		31.03.2014		31.03.2015		31.03.2014	
	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal			
Remuneração Bruta ⁽¹⁾								
Maior remuneração individual ⁽²⁾	202.512,61	150.802,16	16.062,78	11.604,27	20.104,11	11.604,27		
Menor remuneração individual ⁽³⁾	148.200,75	108.012,19	13.293,33	11.604,27	12.308,64	11.604,27		
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	169.789,61	129.160,96	14.401,11	11.604,27	14.421,62	11.492,49		
Número de membros ⁽⁵⁾	7	7	5	6	5	6		

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 61ª reunião da Assembleia Geral Ordinária e 95ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizadas cumulativamente em 28.03.2014.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 31.03.2015, o número de funcionários do Banco totalizava 6.904 (6.536 em 31.12.2014), registrando-se um acréscimo de 5,63% no quadro de pessoal.

NOTA 24– Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações fornecidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – Caepef, Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste – Camed e Banco.

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caepef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social (INSS).

Os planos de previdência patrocinados pelo Banco oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. Em termos gerais, para os atuais participantes ativos, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano até a data de aposentadoria do participante. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, de forma geral, 78,75% do salário de contribuição médio.

O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/Previc/Detec nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda com prazo determinado na modalidade Contribuição Definida (CD) e a segunda na forma de renda vitalícia na modalidade Benefício Definido (BD). Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido.

Notas Explicativas

Os planos BD, CV I e Natural estão expostos, principalmente, aos riscos de investimento, taxa de juros e longevidade. Os planos CV I e Natural ainda estão expostos ao risco de evolução salarial e despesas administrativas e os planos BD e Natural à opção pelo benefício no que tange à postergação de entrada em aposentadoria do participante.

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I, na forma da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2015, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 31.03.2015, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2015, 1:1).

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador de plano de saúde administrado pela Camed, denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

a.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2015, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

a.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém, para seus empregados e aposentados, seguro de vida em grupo para cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença.

O seguro de vida em grupo está exposto, principalmente, aos riscos de taxa de juros e de longevidade.

a.3.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2015, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido relativa ao seguro de vida.

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 55.201.712 (R\$ 53.478.814 em 31.12.2014) está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".

b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 8.289.723 (R\$ 7.790.705 em 31.12.2014), registrado no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 215.516 (R\$ 172.837 em 31.03.2014).

Notas Explicativas

c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:

- c.1)** nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2)** para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
- c.3)** o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em "Passivos Contingentes" do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.03.2015	Provisão em 31.12.2014
AA	8.858.821	-	-
A	12.323.456	30.943	33.196
B	9.249.912	46.545	48.178
C	1.464.555	21.815	18.945
D	1.718.804	85.927	43.834
E	560.963	86.085	79.741
F	293.767	74.064	79.493
G	266.388	93.848	122.765
H	3.487.316	1.771.092	1.636.562
Total	38.223.982	2.210.320	2.062.717

d) para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 296.779 (R\$ 264.132 em 31.03.2014).

e) a taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 359.670 (R\$ 325.172 em 31.03.2014).

NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	31.03.2015	31.12.2014
Proger-Urbano Investimento	017/2006	11.825	14.095
FAT - Infraestrutura	018/2006	215.301	221.269
Protrabalho Investimento	004/2007	168.799	165.508
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	001/2010	156.553	172.463
Total		552.478	573.335

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), registradas em "Depósitos Especiais com Remuneração", da ordem de R\$ 397.012 (R\$ 420.406 em 31.12.2014) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 32.230 (R\$ 34.763 em 31.12.2014).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2%

Notas Explicativas

calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.03.2015		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	13.421	456	4.249	23.959	28.208
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	50.799	2.831	25.523	128.143	153.666
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	23.384	62	146	87.306	87.452
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	35.325	1.206	2.312	125.374	127.686
Total (Nota 13.b)			122.929	4.555	32.230	364.782	397.012

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2014		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	12.091	426	4.945	26.690	31.635
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	51.169	2.826	26.129	137.008	163.137
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	24.548	71	481	91.215	91.696
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	37.516	1.659	3.208	130.730	133.938
Total (Nota 13.b)			125.324	4.982	34.763	385.643	420.406

⁽¹⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo);

⁽²⁾ Recursos remunerados pela Taxa Selic;

⁽³⁾ Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

⁽⁴⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 27 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores chave e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e delibera sobre políticas de gestão de riscos. A Diretoria Executiva é responsável pela aprovação dessas políticas e consequente submissão ao Conselho de Administração, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco coordenar a sua implementação e o desempenho do Banco. Área específica do Banco gerencia em nível corporativo os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2015 a 2017, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 12.12.2014. A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, através da Resolução nº 3.988, de 30.06.2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

Notas Explicativas

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	31.03.2015	31.12.2014
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	34.348.536	34.164.552
Público	1.540.909	1.415.797
Privado	32.807.627	32.748.755
Comércio	4.007.900	4.063.039
Comércio Exterior	1.328.424	1.057.432
Habitação	242	242
Indústria	9.654.558	9.879.206
Infraestrutura	3.313.651	3.272.057
Microfinança Urbana	2.608.325	2.687.935
Pessoas Físicas	222.612	221.660
Rural	7.024.219	6.989.896
Outros Serviços	4.647.696	4.577.288
Operações de Mercado	25.914.731	25.396.450
Títulos Públicos Federais	21.815.934	21.499.784
Operações Compromissadas	12.078.057	11.682.975
Outras	9.737.877	9.816.809
Depósitos Interfinanceiros	90.017	76.500
Outros Títulos e Valores Mobiliários	2.104.594	2.201.192
Outras Operações	1.904.186	1.618.974
Demais Ativos	3.408.950	3.255.316
Total	63.672.217	62.816.318

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de apuração de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza e finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 5.265.862 (R\$ 5.025.460 em 31.12.2014). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 4.236.170 (R\$ 4.052.869 em 31.12.2014). Tais garantias são avaliadas pelo menos uma vez a cada três anos ou em periodicidade menor, desde que ocorram fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. Além de garantias tradicionais como as reais (hipoteca, penhor, alienação fiduciária de bens móveis, entre outras) e das garantias fidejussórias (fianças e avais pessoais), essas operações recebem outros tipos de garantias, tais como, quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco do FGPC, vinculação de cotas FPM/FPE e fiança bancária, dentre outros.

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o Caixa para gerenciamento do risco de liquidez, sendo comunicadas à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 (noventa) dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas

Notas Explicativas

bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		31.03.2015 (%)	31.12.2014 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	344,60	358,18
	Média dos últimos 12 meses	362,57	354,53
	Máximo dos últimos 12 meses	429,24	429,24
	Mínimo dos últimos 12 meses	296,56	273,40

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais. Todo o saldo das Dívidas Subordinadas foi inserido na coluna acima de 5 anos, uma vez que essa dívida não prevê pagamento de juros e tem prazo indeterminado. Os valores dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) distribuídos abaixo de 5 anos refletem pagamentos de juros anuais, enquanto os valores acima de 5 anos contêm o principal (de prazo indeterminado) e juros até o ano de 2050, apenas para fins de cálculo dos valores:

Especificação	31.03.2015				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	260.218	309.781	663.658	283.789	-
Depósitos a Prazo	48.463	130.190	1.537.092	4.331.769	4.253.474
Operações Compromissadas	1.564.817	-	-	155.583	-
Letras do Agronegócio (LCA)	250	17.440	127.578	143	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	982.285
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)	-	-	86.773	347.091	4.010.396
Total	1.873.748	457.411	2.415.101	5.118.375	9.246.155
Recursos Disponíveis (Nota 5)	8.937.239				

Especificação	31.12.2014				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	155.891	227.047	843.860	292.953	-
Depósitos a Prazo	153.860	374.532	1.582.286	4.496.258	3.898.032
Operações Compromissadas	1.701.030	-	-	77.488	-
Letras do Agronegócio (LCA)	58	465	89.017	25	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.605.288
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)	-	-	83.648	250.944	3.949.631
Total	2.010.839	602.044	2.598.811	5.117.668	9.452.951
Recursos Disponíveis (Nota 5)	8.365.461				

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- VaR (*value at risk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Notas Explicativas

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponível aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	7.152.184	7.135.385	(16.800)	7.119.075	(33.110)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Aumento do cupom	46.338	43.200	(3.137)	40.100	(6.238)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	1.104	1.088	(16)	1.073	(31)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	856.381	797.791	(58.590)	745.578	(110.803)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(402.131)	(459.998)	(57.867)	(527.719)	(125.589)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	464.940	407.175	(57.765)	357.784	(107.156)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(1.926.465)	(1.953.026)	(26.561)	(1.972.908)	(46.443)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	4.061.925	3.944.641	(117.284)	3.841.885	(220.040)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
Derivativos para Hedge	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	Swap Dólar x DI	1.970.217	1.924.292	1.881.019
		Passivo em ME	(2.000.580)	(1.961.781)	(1.925.057)
		Exposição Líquida	(30.363)	(37.489)	(44.038)

Na data-base de 31.03.2015, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Hedge Cambial e Respectivos Títulos

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de hedge cambial e respectivos títulos consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e das operações de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Notas Explicativas

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

e) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico do Banco em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa por meio dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Sob o enfoque qualitativo são utilizadas metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais. Essa análise é composta pela descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos– identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das fragilidades detectadas. Outra metodologia utilizada é de autoavaliação de riscos e controles em processos RCSA (*Risk and Control Self Assessment*), que permite conhecer os riscos inerentes em atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto, além disso, permite ainda, a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter uma visão ampliada dos processos e aprimoramento do gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 113.320 (R\$ 58.192 em 31.12.2014 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.03.2015	31.12.2014	Especificação	31.03.2015	31.12.2014
Disponibilidades	52.351	38.002	Depósitos	6.047	10.032
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	Relações Interdependências	3.204	9.235
Operações de Crédito	928.954	807.610	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	90.371	76.219
Outros Créditos	1.449.537	1.094.875	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.940.803	2.449.764
			Outras Obrigações	1.436.037	1.068.149
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	2.430.842	1.940.487	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	4.476.462	3.613.399
Operações de <i>Swap</i>	1.932.300	1.614.720	Operações de <i>Swap</i>	-	-
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	4.363.142	3.555.207	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	4.476.462	3.613.399

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

O Bacen divulgou, a partir de março de 2013, os normativos que regulamentam a implantação no Brasil das recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, com início de vigência em outubro de 2013.

Notas Explicativas

Os referidos normativos promoveram, basicamente, as seguintes alterações em relação às exigências vigentes até então:

- i. nova metodologia de apuração do capital regulamentar, no Brasil denominado Patrimônio de Referência (PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II;
- ii. apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal e introdução do Adicional de Capital Principal; e
- iii. revisão de algumas ponderações e ajustes no cálculo da exposição a Risco de Crédito.

A apuração dos requisitos mínimos de capital está estabelecida como uma porcentagem do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês). As novas regras estabelecem três requerimentos de capital independentes a serem observados continuamente pelas instituições financeiras, a saber:

- i. 4,5% para o Capital Principal que é composto principalmente pelo Capital Social, por ações, quotas, reservas e lucros retidos e instrumentos de dívida que atendam as exigências constantes do artigo 16 da Resolução nº. 4.192, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN);
- ii. 6% para o Nível I (até dezembro de 2014 era de 5,5%) que consiste na soma do Capital Principal e do Capital Complementar, sendo este composto de instrumentos de dívida que cumpram os requisitos estabelecidos no artigo 17 da Resolução nº 4.192; e
- iii. 8% para o total do PR que é o somatório do PR Nível I e Nível II formado, basicamente, por instrumentos de dívida que estejam em consonância com o disposto no artigo 20 da Resolução nº. 4.192.

Adicionalmente às exigências relacionadas anteriormente, o Bacen determinou, ainda, a criação de uma exigibilidade complementar denominada Adicional de Capital Principal que corresponde aos chamados capital de conservação (fixo) e capital contracíclico (variável) previstos em Basileia III. Ao final do período de implantação, o Adicional de Capital Principal deverá ser de, no mínimo, 2,5% e, no máximo, 5% do montante RWA, devendo seu valor exato ser estabelecido pelo Banco Central do Brasil de acordo com o contexto macroeconômico.

Em 31.03.2015, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 14,44% (15,73% em 31.12.2014) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 8,07% (9,20% em 31.12.2014). O PR apurado foi de R\$ 5.470.243 (R\$ 5.861.912 em 31.12.2014), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 2.982.039 (R\$ 3.347.410 em 31.12.2014), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 36.938.845 (R\$ 36.392.687 em 31.12.2014).

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
Patrimônio de Referência (PR)	5.470.243	5.861.912
. Nível I	2.982.039	3.347.410
. Capital Principal	2.982.039	3.347.410
. Nível II	2.488.204	2.514.502
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	36.938.845	36.392.687
. Parcela RWACPAD	30.634.504	30.373.147
. Parcela RWACAM	553.716	528.687
. Parcela RWAJUR	68.691	60.909
. Parcela RWACOM	2.873	2.855
. Parcela RWAOPAD	5.679.061	5.427.089
Valor do RBAN	941.374	876.065
Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 11%])	1.406.970	1.858.716
Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN]* 11%)}	1.303.419	1.762.349
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	8,07%	9,20%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 5,5%)	8,07%	9,20%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 11%)	14,81%	16,11%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	14,44%	15,73%

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

Notas Explicativas

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	5.470.243	5.861.912
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	2.982.039	3.347.410
Capital Principal	2.982.039	3.347.410
Capital Social	2.844.000	2.844.000
Reservas de Lucros	369.331	687.911
Reservas de Capital e de Reavaliação	18.813	19.394
Sobras ou Lucros Acumulados	581	-
Contas de Resultado Credoras	3.181.309	-
Contas de Resultado Devedoras	(3.143.729)	-
Ganhos ou Perdas Não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(232.896)	(183.496)
Ações em Tesouraria e Outros Instrumentos de Emissão Própria	-	-
Perdas ou Prejuízos Acumulados	-	-
Ajustes Prudenciais	(55.370)	(20.399)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(3.364)	(1.682)
Ajuste Prudencial – Ativos Diferidos	(103)	(159)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(51.903)	(18.558)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.488.204	2.514.502
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.488.204	2.567.202
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	-	(52.700)

Os Instrumentos de Dívida Subordinada contratados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, do CMN, de 01.03.2013, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, continuarão elegíveis até sua amortização, não estando, pois, sujeitos aos limitadores relacionados no artigo 28 da citada Resolução.

Quanto ao Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, a autorização para a continuidade da utilização integral do valor contratado, desta feita na condição de Capital Complementar, será requerida ao Bacen após a assinatura de aditivo, cujas bases estão sendo negociadas com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Enquanto isso, o valor registrado no PR de Nível II está sujeito às condições e aos limitadores definidos no artigo 28 da citada Resolução nº 4.192.

iii. Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro de 2002, para o índice de imobilização. O índice de imobilização do Banco encontra-se conforme demonstrado a seguir:

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	5.470.243	5.861.912
Limite para Imobilização	2.735.121	2.930.956
Situação	227.763	219.558
Margem	2.507.358	2.711.398
Índice de imobilização	4,16%	3,75%

NOTA 28 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	419.431	404.556
Total	419.431	404.556

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 26)	397.012	420.406
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.674.234	1.631.087
Tesouro Nacional	666	659
BNDES	1.512.810	1.464.027
Finame	160.758	166.401
Outras Obrigações	11.372.169	10.760.454
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	8.297.640	7.798.625
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g e Nota 17)	1.427.999	1.356.540
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 18)	1.646.530	1.605.289
Total	13.443.415	12.811.947

Notas Explicativas

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
Passivos	877.589	878.530
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD (Nota 16.i)	121.097	130.268
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Nota 16.i)	718.874	710.602
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Nota 16.i)	37.618	37.660
Total	877.589	878.530

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 31.03.2015	01.01 a 31.03.2014
Honorários	948	897
Diretoria	804	762
Conselho de Administração	72	70
Conselho Fiscal	72	65
Outros	297	82
Total dos Benefícios de Curto Prazo	1.245	979
Benefícios Pós-Emprego	87	60
Total	1.332	1.039

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

NOTA 29 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	01.01 a 31.03.2015	01.01 a 31.03.2014
Lucro Líquido	56.772	146.528
Outros Resultados Abrangentes	(48.819)	(82.448)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(81.752)	(53.835)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	32.701	21.534
Realização da Reserva de Reavaliação	968	956
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(387)	(382)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(349)	(50.721)
Resultado Abrangente	7.953	64.080

NOTA 30 - Outras Informações**a) Garantias Prestadas**

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2015	31.12.2014
Créditos Abertos para Importação	11.467	39.138
Créditos de Exportação Confirmados	58.500	58.500
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- FNE	19.333.442	18.822.934
- FDNE	108.016	106.548
Coobrigações em Cessões de Crédito	22.550	22.881

Fortaleza, 28 de abril de 2015.

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a Revisão das Informações Trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado – DVA, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2015

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 – F - CE

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6